

SESSÕES DO PLENÁRIO

87ª Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 14 de outubro de 2008.

PRESIDENTE: DEP. LUCIANO SIMÕES “1º SECRETÁRIO”

1º SECRETÁRIO: DEP. HERALDO ROCHA *AD HOC*

2º SECRETÁRIO: DEP. BIRA CORÔA *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Oliveira Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J.Carlos, João Bonfim, Joécio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Paulo Azi, Paulo Rangel, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Roberto Muniz, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Zé Neto e Zé das Virgens (54).

O Sr. PRESIDENTE (Heraldo Rocha):- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, considerando que os integrantes da Mesa Diretora não estão presentes para abrirem a sessão, suspendo-a por 10 minutos.

Aguardamos que eles compareçam ao Plenário, pois há número suficiente para que tenhamos a sessão ordinária de hoje.

(Sessão suspensa.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- A Secretaria da Mesa informa que há número legal. Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que faça a leitura do expediente.

(O Sr. 1º Secretário *ad hoc*, deputado Heraldo Rocha, procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Clóvis Ferraz, comunicando sua ausência na sessão do dia 01/09/2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Euclides Fernandes, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 16 e 17/09/2008, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Javier Alfaya, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 08, 09, 10 e 11/09/2008, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, na semana passada eu havia solicitado licença aqui da Assembléia Legislativa, e me foi concedida, para participar do Fórum Social das Américas, realizado na Guatemala. Foi um fórum bastante importante que teve como eixos de discussão primeiramente alcances e desafios das mudanças no hemisfério pós-neoliberalismo, socialismos, mudanças civilizatórias. Como segundo eixo, o debate sobre a resistência dos povos frente ao neoliberalismo e à dominação imperial; No terceiro, nós tivemos debates sobre defesa das condições de vida frente ao capitalismo depredador. No quarto, as diversidades e a igualdade, desafios para sua concretização. Como eixo cinco, disputa ideológica, comunicação, culturas, conhecimento e educação. Finalmente no sexto, debatemos acerca de povos e nacionalidades indígenas, originárias e afrodescendentes, o bom viver e suas chaves para o futuro.

Participamos desse evento importante, que contou com a presença de 400 organizações, mais de 8 mil pessoas e cerca de 350 atividades entre oficinas e seminários, apresentando a do IAPAZ, o Instituto de Estudos e Ação pela Paz com Justiça Social, que a fez em 09/10/08, com o tema Brasil frente à nova configuração política, econômica e cultural das Américas. O nosso evento, a nossa oficina contou com vários países, entre os quais o Brasil, Canadá, México, a Nicarágua, Alemanha, os Estados Unidos e a própria Guatemala.

Portanto, foi uma reunião de grande importância. Esse Fórum Social envolveu países de todas as Américas discutindo temas de grande importância para a sociedade, como a crise financeira que hoje acomete os EUA e tem repercussão no mundo inteiro. Discutimos, debatemos políticas de resistência ao neoliberalismo e ao capitalismo depredador, que tem levado milhões à exclusão social.

Eu não poderia deixar de participar desse evento. Participei de todos os fóruns sociais que aconteceram no mundo, do 1º Fórum Social Mundial até o 1º Fórum Social das Américas, realizado em Quito. Participei também do 2º Fórum Social das Américas, na Venezuela, e agora do 3º Fórum Social das Américas, na Guatemala. Os

fóruns sociais mundiais aconteceram no Brasil, em Porto Alegre, na Índia e no Quênia. O próximo Fórum Social Mundial será realizado aqui, no Brasil, e nos estamos organizando para participar.

Portanto, entendo que é dever e obrigação de todos aqueles que estão envolvidos nas lutas pela transformação se envolver e participar de eventos de tão grande importância quanto o Fórum Social das Américas. Darei novas informações em outro momento porque o meu tempo já terminou.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Antes do deputado Heraldo Rocha usar da palavra, solicito ao deputado Elmar Nascimento, ou o deputado Paulo Azi, que tome assento na 1ª Secretaria.

Com a palavra o deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de 5 minutos, no Pequeno Expediente.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, senhoras e senhores teleouvintes da TV Assembléia, radiouvintes da Rádio Oposição, internautas que acessam o nosso site www.heraldorocha.com.br, se eu fosse o deputado Elmar Nascimento ou o deputado Álvaro Gomes o secretário da Agricultura do governo Jaques Wagner pediria demissão. Vejam que estão loteando a Secretaria da Agricultura depois que ele perdeu a eleição em Itabuna, com a sua excelentíssima esposa. Há uma discussão sobre se é verdade ou mentira – e a gente sabe que é verdade – que antes ofereceram a Secretaria da Agricultura ao PR, que não aceitou. Agora, nesse segundo turno, para dividir o PR, ofereceram-lhe novamente a Secretaria da Agricultura.

Vou fazer um apelo ao meu ex-colega deputado estadual, hoje deputado federal, e ex-prefeito de Itabuna: deputado Geraldo Simões, V.Exª tem um mandato, valorize-se, peça demissão do cargo de secretário da Agricultura do Estado da Bahia.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje recebemos um grupo de professores das universidades estaduais, mais especificamente, o Fórum das Associações Docentes da UEFS, Uneb, UESB e UESC (ADUFS, Aduneb, ADUSB e ADUSC) - Andes/SN - Conlutas.

O Fórum fez uma carta para a comunidade, da qual lerei, rapidamente, alguns trechos:

(Lê) *“Desde dezembro de 2006, os professores das universidades estaduais baianas (UEBA) esperam por uma resposta do Governo do Estado às reivindicações da categoria por respeito à autonomia universitária, melhores condições de trabalho e salários condizentes com a qualificação e a atividade docente.*

Lembrando o slogan 'A BAHIA DE TODOS NÓS', constatamos ser ele apenas uma promessa vazia, que somente torna-se á verdade quando, pelo menos, os baianos tiverem amplo acesso à Educação Pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis e houver respeito aos funcionários públicos.”

Eu me estava perguntando, deputado Clóvis Ferraz: esta carta é do passado ou do presente? Esta carta foi redigida agora, em agosto. Parece que estou vendo quando os professores lotavam as galerias e nos vaiavam aqui nesta Casa. Hoje, eu faço um

apelo à base aliada do governo, - principalmente, deputado Tadeu - que tem como o Líder do Governo um professor das universidades, um ex-reitor laureado, professor Waldenor.

Professor Waldenor, eu gostaria de incluir esta Carta à comunidade nos Anais da Casa. Professor, V.Ex^a também recebeu uma carta do fórum das ADs: “Ao Líder do Governo na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, professor Waldenor Pereira; e ao Líder da Oposição ao Governo, deputado Gildásio Penedo.” Nesta carta os professores universitários, das universidades estaduais, professor Waldenor, pedem um canal de negociação com o governo. Não se fala mais na mesa de negociação, que aqui desta tribuna chamamos de mesa de enganação.

Os servidores públicos que foram usados como massa de manobra quando esse governo colocava nas campanhas eleitorais, a máscara caiu. O servidor público é assim, se não bastasse, eu ainda voltarei a esta tribuna, tenho aqui uma correspondência dos servidores da Ebal. Se não bastasse, tenho aqui uma correspondência que me foi enviada pelos serventuários da Polícia Civil, seus funcionários e agentes. Se não bastasse, no jornal A Tarde de hoje: “Delegados ameaçam entrar em greve e querem negociação com o governo.”

Realmente, o índice de insatisfação manifestado pelo servidor público requer desse governo e do Sr. Secretário de Administração que se posicione e diga o que ele usou como massa de manobra ao servidor. Ainda voltarei ao assunto nesta tarde.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, mais uma vez, deputado Gildásio Penedo, a Bahia figura numa estatística vergonhosa, segundo o jornal *A Tarde*, em matéria extensa, deputado Tadeu. O Tribunal de Justiça passando, salvo engano, por uma corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, porque aqui na Bahia, segundo as estatísticas, tem milhares e milhares de processos esperando a decisão final, Capitão Tadeu.

A metade dos processos, no Brasil inteiro, segundo a matéria, se encontra aqui na Bahia. Então, é mais um fato lamentável, deputado Bira, que envergonha a todos nós baianos, que envergonha este Estado, um dos mais importantes da Federação e que precisa ser mudado. Espero que com essa decisão do Conselho Nacional de Justiça, pelo menos os responsáveis pela Justiça da Bahia, que tomem providência e comecem a trabalhar.

Nós temos hoje, deputado Clóvis, os juízes e promotores, pelo menos em algumas cidades da Bahia, ou quase todas, querendo administrar pelos prefeitos, fazer as leis, querendo mudá-las. Temos cidades em que juízes proibiram carro de som, em outras, praticamente o nível de som que eles quiseram impor, como na minha cidade, Campo Formoso, praticamente era inaudível. Então, eles estão querendo ditar todas as regras, caro Líder Waldenor, e deixam de fazer o dever de casa, intrometendo-se

onde não deve e deixando de julgar. Não sou eu quem está falando, só estou comentando uma matéria extensa de um dos maiores jornais do nosso Estado que é *A Tarde*. É o Conselho Nacional de Justiça que está dizendo, o órgão maior da Justiça. A Bahia tem hoje, deputado Heraldo, a metade dos processos paralisados do Brasil inteiro. Estão aqui, sem julgamento, só dependendo do julgamento final.

Não sei por que esse absurdo que mais uma vez a Bahia ostenta.

Sei perfeitamente que o governador Wagner está preocupado com a situação da saúde, inclusive, já está em vias de ser construído o Hospital Geral do Subúrbio. A saúde pública, deputado Heraldo, V.Ex^a, que é médico, é claro que não é uma questão de agora, e sim de vários governos, é uma questão do Brasil...

Assisti no domingo à noite ao programa *Fantástico* e fiquei estarecido como é que neste País tão rico, com tanto dinheiro jogado fora... Estava vendo, se não me engano em uma matéria sobre o Estado vizinho de Sergipe, que é questão do Brasil inteiro: os corredores lotados. Quer dizer em um País rico nem para morrer, deputado, você tem paz, tem dignidade.

Lá se encontrava uma senhora com o pai portador de um câncer de pulmão, segundo a reportagem, e sem conseguir vaga. Aqui na Bahia, claro que não é um problema do governador, até porque o governador tem pouco tempo no comando deste Estado, é um problema de vários governos que não priorizaram essa área tão importante. Não é possível que até na hora de morrer você não tenha o mínimo de respeito num País rico como o nosso.

A população cresce numa proporção geométrica e os hospitais, até para os poucos que podem dispor de recursos para um tratamento particular, terão dificuldade, até porque os principais hospitais particulares aqui não comportam mais ninguém.

Então, hoje terei que largar meu gabinete e me dirigir até o Hospital Couto Maia, deputado Heraldo, para usar a política a fim de retirar um amigo com tétano do corredor e encontrar uma vaga na UTI. O hospital não tem vaga, o paciente precisa de uma UTI urgentemente, aí precisa-se retirar um para ver quem vai morrer primeiro, se é o que está no corredor ou na UTI.

Acredito que podemos contribuir criticando, sugerindo para que se construam hospitais regionais de porte, com todo o tipo de atendimento, para desafogar os hospitais da nossa capital, porque a situação é de calamidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Com a palavra o deputado Paulo Azi pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, a despeito da desconfiança que a classe política cada vez mais sofre perante a opinião pública, este Parlamento, infelizmente, não parece dar demonstrações de que quer, pelo menos, Sr. Presidente, cumprir com o seu dever, com as suas obrigações. Infelizmente, as Lideranças do governo nesta Casa optaram por um caminho que definitivamente

desmoraliza o Poder Legislativo do Estado da Bahia.

Olha, que já estamos no mês de outubro e nenhuma matéria foi votada no segundo semestre por este Poder. Antes, eram as eleições a desculpa oficial. Mas a verdade, Sr. Presidente, é que desde o momento em que o governo perdeu a maioria nas comissões desta Casa, ao invés de adotar uma postura elevada, democrática, e de demonstrar na prática um governo aberto à negociação política, faz a opção por esvaziar este Parlamento; esvazia-o e, ao mesmo tempo, tenta de forma desavergonhada, Sr. Presidente, aliciar parlamentares, comprar partidos políticos para tentar voltar a ter a maioria nesta Casa e voltar a praticar a única política que sabe adotar neste Parlamento, que é a estratégia do rolo compressor; só deste modo esse governo sabe dialogar com o Parlamento, submetendo os deputados estaduais do Estado da Bahia a um verdadeiro rolo compressor.

Poderia inaugurar um momento novo de debate, de mesa de negociação verdadeira, mas não, esvazia o Parlamento. E o que é pior, Sr. Presidente, dá demonstrações que beiram a total falta de respeito aos seus próprios correligionários.

Deputado Heraldo Rocha, será que não basta o deputado federal Geraldo Simões ter perdido as eleições na sua terra natal? Será que isso já não foi talvez um castigo, não sei até se justo, ao deputado Geraldo Simões. Fica o governo, deputado Heraldo Rocha, pelos jornais oferecendo a Secretaria de Agricultura, que é ocupada por um parlamentar do PT, um parlamentar, que até me provem o contrário, digno, preparado. Mas não, o governo de forma desavergonhada, deputado Luiz de Deus, escancara para a Bahia o seu modo de tentar cooptar partidos e parlamentares. Não se cansa de receber as negativas.

O próprio deputado Elmar Nascimento por diversas vezes já disse nesta Casa que pode até ajudar o governo, mas nos projetos, naquilo que é de interesse da Bahia. Mas este governo que se diz republicano, democrático e transparente, não consegue com os seus gestos, deputado Heraldo Rocha, e com as suas ações mostrar na prática que verdadeiramente é o governo republicano e democrático.

Quero prestar a minha solidariedade e ao mesmo tempo dizer: deputado Geraldo Simões, V.Ex^a é deputado federal, não merece o tratamento que lhe está sendo imposto; V.Ex^a precisa ter um pouco de amor próprio, deve afastar-se dessa Secretaria de Agricultura. Pelos jornais, o governador está demitindo V.Ex^a que é homem preparado, que conhece a política na sua alma, não esteja vendo que está sendo desmoralizado por esse governador. Tenha um pouco de amor próprio, deputado Geraldo Simões, e peça demissão. Não aceite ver o seu nome jogado na lama por um governo que pensa, porque tem os cargos e a caneta ao seu dispor, que pode tratar este Parlamento de forma baixa e mesquinha, tentando impor as suas relações no âmbito desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- O Sr. Deputado Ivo de Assis poderia substituir o deputado Bira Coroa aqui na Mesa para que ele possa ocupar a tribuna?

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Bira Coroa pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BIRA COROA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados., Sr^{as} Deputadas, Sr^{as} e Srs. Servidores dessa Casa, Srs. Visitantes, em primeiro lugar, devo dizer que fui provocado na chegada e questionado se sairia em defesa do nosso secretário.

Pois bem, afirmo que não preciso defendê-lo, na medida em que o governo Wagner está no seu melhor momento de afirmação neste Estado. Não há, então, nenhuma necessidade de ficar alimentando uma discussão que não vai avançar. Na verdade, ela é necessária para que a Oposição – que merece o meu respeito – permaneça ativa nesta Casa, mas, repito, não vou entrar nessa linha, nobre deputado, porque não é preciso. Venho aqui apresentar ações deste governo; essa é a resposta positiva ao povo que o elegeu.

Mas quero aproveitar, Sr. Presidente, para me referir mais uma vez à disputa eleitoral passada, destacando e parabenizando a cidade de Rafael Jambeiro. Lá, a campanha foi bastante conturbado pela ação do atual gestor, que fez o enfrentamento utilizando a máquina da prefeitura, reprimindo o servidor público, ameaçando e pressionando moradores. Entretanto a sociedade respondeu muito bem a tudo isso, elegendo a oposição representada por Cibele, do Partido dos Trabalhadores, que ganhou com uma folga significativa de votos. Esse fato representa a vontade daquele povo de mudança e de afirmação de políticas novas, empreendedoras e, acima de tudo, comprometidas com os habitantes de Rafael Jambeiro.

Então parabenizo a prefeita eleita, Cibele, e todos que ajudaram a sua campanha. Desejo também destacar a brilhante vitória do prefeito Léo, em Central, que obteve mais 4 anos de mandato pela vontade e interesse do povo daquele município, que lhe deu nas urnas uma esmagadora vitória.

Mas pretendo ainda, Sr. Presidente, chamar a atenção para alguns absurdos ocorridos nessa eleição. Destaco a cidade de Itanagra, porque lá se configurou o maior dos absurdos implementados nesse pleito, com a participação ou a omissão do Tribunal Eleitoral. O prefeito apresentou a sua esposa, a D. Dina Maria, como candidata a sua sucessão, ato que por si só já inaceitável. Não contente com isso, mesmo a Justiça posicionando-se contrária, ele manteve a candidatura dela até o último momento, já que no último comício, no dia 2, ela, mais uma vez, fez o discurso pedindo votos e assegurando ser a candidata. No dia 03, o vice mandou a sua substituição e apresentou-se como candidato. No dia 04, dia posterior, a prefeita retira, mais uma incoerência vigente no processo e nos procedimentos.

A maior de todas elas é que, no dia da eleição, a então candidata foi à votação e lá descobre que não está apta a votar, seu título está cancelado, caracterizando assim que o TRE sequer se deu o direito de fazer jus à representação, registrando a candidatura de um eleitor que não existe no município, mostrando o conjunto de irregularidades. Mesmo assim, ainda publica o resultado, dando como vitorioso o prefeito substituto, com uma diferença de apenas 45 votos e que sequer foi levado a público como candidato. Na comemoração, quem foi carregada pelas ruas da cidade, pelos seus correligionários, foi a Sr^a Diva e não, exatamente, o prefeito eleito,

mostrando assim o conjunto de incoerências, irresponsabilidades e desrespeito ao povo da cidade de Itanagra. Eu não poderia deixar de pontuar aqui e de destacar, pelo respeito que tenho a esta Casa e àquela comunidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Com a palavra o deputado Gildásio Penedo pelo tempo restante do Pequeno Expediente.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa presente, neste pequeno tempo que me resta ... Ontem, nós começamos aqui a mostrar mais uma farsa deste governo que se desfaz. Ano passado, deputado Luiz de Deus, a Bahia toda foi testemunha de uma campanha publicitária em que a Bancada de Oposição, entre outros aspectos levantados naquele momento, mostrava à Bahia e aos baianos o engodo deste governo, que insiste em demonstrar que a transparência pública é a sua marca.

Ano passado, o governo Jaques Wagner contratou, em obras e serviços em sua administração, cerca de 350 milhões de reais com regime de dispensa de licitação. Denunciamos isso ao Ministério Público. Inclusive umas das representações citava, deputado Bira Coroa, o caso emblemático do Estádio Roberto Santos, estádio de Pituaçu, deputado Luiz Augusto, V.Ex^a que é um homem ligado à área da engenharia, com um projeto inicial de cerca de 22 milhões de reais. Evidentemente, o critério da dispensa não é o melhor, o mais transparente, porque ao cercear o direito de as empresas disputarem é evidente que necessariamente os preços contratados pelo governo acabam sendo muito mais onerosos e prejudiciais ao Erário baiano.

A prova disso é o reconhecimento explícito de quanto se gastou na obra de Pituaçu, iniciada, deputado Paulo Azi, com 22 milhões de reais. O governo baiano publicou recentemente, em seu balanço de ações, deputado Waldenor, documento oficial do governo, que uma obra, inicialmente projetada por 22 milhões de reais, vai custar ao contribuinte baiano, depois de uma celeuma e de uma série de dúvidas a respeito de quanto efetivamente se gastou, porque a própria Conder insiste em negar à Bahia o valor, o governo diz na parte de esporte:

O Governo do Estado deu início à reforma e ampliação do Estádio de Pituaçu, integrando ao conjunto de intervenções arquitetônicas e ambientais. A capacidade do estádio será ampliada de 16 mil para 34 mil espectadores, modernizando suas instalações e adaptando às normas, da FIFA, do Estatuto do Torcedor e de acesso aos deficientes físicos.

A obra, inicialmente projetada sob o regime de dispensa de licitação, deputado Heraldo Rocha, custará a bagatela de 55 milhões de reais, uma obra inicialmente projetada por 22 milhões custará, sob o regime de dispensa de licitação, 55 milhões.

É o próprio governo reconhecendo a verdadeira farra que foi essa obra de Pituaçu entre tantas outras.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente.

Teremos a honra de ouvir o deputado Clóvis Ferraz pelo tempo de 25 minutos.

O SR. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, senhores jornalistas, senhoras e senhores presentes, o governador Jaques Wagner começou fazendo diversas promessas de mudar a Bahia, como disse na campanha, e promessas para desenvolver muitos programas e projetos.

Ele ganhou a eleição mas continuou nas promessas, sem mudar nada, com o velho discurso de que durante o tempo, 16 anos, em que a Bahia que foi governada pelos ex-governadores Antônio Carlos Magalhães, Paulo Souto, César Borges e Paulo Souto vivia no atraso, no sub-desenvolvimento, e que esse governo faria todas as mudanças principalmente na área social. Entretanto, sabemos que durante o período de 16 anos dos governos Antônio Carlos Magalhães a Paulo Souto e César Borges a Bahia atravessou um período de mudanças infra-estruturais, sociais com ganhos qualitativos.

Passaria uma tarde ou um dia falando sobre todos esses ganhos e os grandes projetos que mudaram este Estado na área de infra-estrutura e social, assim como, na atração de investimentos para indústrias. A Bahia atravessou um período em que o crescimento do estado sempre esteve a frente do crescimento nacional, do país, graças as mudanças ocorridas durante esses governos, e que trouxeram ganhos significativos para toda população do Estado da Bahia.

Vou me ater a alguns programas sociais, diria sócio-produtivos nos governos de Paulo Souto- César Borges-Paulo Souto, porque posteriormente falaremos da estagnação e inércia deste governo na área desses projetos.

O Programa Produzir foi desenvolvido na Secretaria de Planejamento do Estado e que através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, CAR, a qual tive a honra de ser diretor técnico do período de 1991 a 1994, e que era presidida pelo atual deputado Paulo Câmara. Eu era o diretor técnico e Paulo Câmara o gestor, o presidente.

Fizemos uma mudança estrutural na CAR e desenvolvemos principalmente naquele período o Programa Produzir, ou seja, o estruturamos para que ele começasse a operacionalizar a partir de 1995. Deu-se um grande avanço a esse programa em decorrência das mudanças sofridas no foco do projeto, entrando, além das obras de infra-estrutura energética e hídrica, também nas obras que chamamos de produtivas nas área rural, no Semi-Árido principalmente.

Todos sabemos que a Bahia tem dois terços do seu território no Semi-Árido e, por sua vez, o Semi-Árido da Bahia representa dois terços do Semi-Árido do Nordeste. Então, precisava de um programa que levasse a esses produtores rurais uma infra-estrutura básica, também uma produtiva. Desenvolveram-se diversas ações, como por exemplo, a implantação de barragens, sistema simplificado de abastecimento de água, construção de cisternas, e, na área produtiva, pequenas

fábricas de farinha e de doces. São indústrias derivadas principalmente do agronegócio nas áreas do Semi-Árido do Estado. Isso levou à geração de empregos na zona rural e também aumento de ganho, muito significativo para os produtores rurais de todo o Semi-Árido. As ações foram diversas.

Esse programa que foi desenvolvido nos governos de Paulo Souto e de César Borges, depois ainda houve continuação no segundo governo de Paulo Souto, teve a aprovação unânime do Banco Mundial que considerou o programa Produzir, nessas gestões que citei, como um dos melhores programas do Banco Mundial na área de combate à pobreza rural, tendo mesmo ganhado um prêmio. O governador Paulo Souto foi receber esse prêmio na China, exatamente, pela atuação desse programa no Estado da Bahia.

Afora o Produzir, que teve todos esses aspectos positivos em termos de geração de emprego e renda na zona rural, tivemos diversos outros programas, que eu chamaria de socioprodutivos, como Pró-Gavião, Cabra Forte, Flores da Bahia, Terra Produtiva, enfim, foram programas voltados para o homem do campo, nossa raiz, e trouxeram grandes benefícios para o Semi-Árido do Estado da Bahia.

Não vou falar aqui especificamente sobre cada programa, mas dentre eles cito especificamente o Pró-Gavião, que foi um programa desenvolvido numa área específica, inclusive servindo de modelo experimental para o Programa de Desenvolvimento Sustentável – foram treze municípios da região Sudoeste, da Calha do Rio Gavião. Tive a oportunidade de criar e desenvolver esse projeto quando eu era diretor da CAR. Ele foi aprovado pela Assembléia Legislativa quando eu já estava deputado – e os que estão aqui, Luiz de Deus, Heraldo Rocha, deputados de três, quatro mandatos ou mais, participaram da sua aprovação na Assembléia, mas não teve nenhum voto de aprovação pela Oposição à época, inclusive estava aqui também o então deputado estadual Guilherme Menezes, hoje deputado federal e prefeito eleito de Conquista, que não o aprovou. O projeto, que foi implantado na área de Vitória de Conquista, teve uma grande influência para o município. Se esse projeto foi desenvolvido nos municípios do Sudoeste, do entorno de Vitória da Conquista, grande parte desses recursos, os 40 milhões investidos, foi carreada para lá, a cidade-pólo regional de desenvolvimento geograficamente considerada a capital da região Sudoeste, onde se encontram as faculdades, universidades, os serviços especiais, as indústrias, etc. Então, boa parte das verbas realmente acabou indo para Vitória da Conquista.

A filosofia de ação desse projeto se dá principalmente na alocação de infraestrutura básica e produtiva, com a construção de poços artesianos, sistemas simplificados de água e barragens, todas elas já voltadas para um modelo. Além de servirem para dessedentação animal, consumo humano e também ao peixamento, houve exatamente no período adequado à pesca de peixes a produção de proteínas para os produtores rurais de 13 municípios.

Ele beneficiou 15 mil famílias, deputado Heraldo Rocha, dessas 13 cidades com infra-estrutura hídrica e energética. Quinze mil famílias! São diversos projetos de energia na zona rural. Também há a infra-estrutura produtiva através da

caprinocultura e bovinocultura e os campos experimentais, levando o produtor a uma capacitação para que ele tenha condições de sobreviver na região do Semi-Árido, no seu próprio *habitat*.

As avaliações feitas nesse projeto antes, durante e após a realização dele, que investiu 40 milhões de dólares nesses 13 municípios, aumentaram a renda do produtor rural em 30%, ou seja, o seu grande benefício, além de fixar o homem no campo, foi levar a infra-estrutura adequada para que ele tivesse uma melhor qualidade de vida. Fixando o trabalhador no campo, levou-lhe melhor qualidade de vida gerando renda naquela região para ele, que tinha o hábito, o costume, até por falta de emprego no campo ou porque buscava uma vida melhor, de fazer uma migração temporária a São Paulo justamente para trabalhar um tempo e retornar para sua cidade. Então, sem dúvida, trata-se dum programa que trouxe grandes benefícios ao produtor rural daquela região, especialmente aquelas 15 mil famílias.

Um outro benefício importante foi a implantação de cisternas individuais nas residências com a captação de água através da chuva e todo um sistema de filtros. São equipamentos com capacidade para 15 mil litros, suficientes para o produtor no seu domicílio rural individual ter um líquido de qualidade durante pelo menos seis, sete meses do ano, exatamente no período em que a pluviometria indica que não há chuvas na região. Mas essa água acumulada igualmente serve para o produtor. E foram construídas mais de 15 mil cisternas. Portanto, um programa de excelentes resultados naquela área.

A prova disto, deste resultado positivo e da eficácia de sua implantação, é que também o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola financiou a parte externa. Esse financiamento externo teve a contrapartida do Estado. E tal iniciativa também foi considerada modelo de desenvolvimento dum programa social produtivo implantado aqui na Bahia no governo Paulo Souto. Isso fez com que igualmente o FIDA também se propusesse a financiar o segundo programa, que chamamos, na época, de Pró-Gavião II. Depois se mudou o nome para Prodecar, contemplando apenas 8 municípios da Região Sudoeste e mais 26 nas regiões Norte e Nordeste.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Com o aparte o deputado Gildásio Penedo.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Deputado Clóvis Ferraz, primeiramente, quero agradecer-lhe o aparte.

V.Ex^a retrata com grande lucidez o que, de fato, vem acontecendo nesse governo: há um processo de desconstituição automática de tudo que foi construído no governo passado. Quando não se pode destruir ou abandonar, como é o caso do Pelourinho, os programas que, por natureza, são muito importantes, como é o caso do Prodecar, aprovado por esta Casa...

É bom que se registre que esse projeto, relançado agora, depois de 2 anos, talvez por causa da notificação do Tribunal de Contas do Estado, que, hoje, leva o nome repaginado de Terra de Valor, só está sendo executado porque nós votamos favoravelmente a ele. Sabe por quê, deputado Clóvis Ferraz? Porque se dependesse de um voto da Bancada da Oposição na época, liderada pelo Partido dos

Trabalhadores, o projeto não teria saído do papel. Sabe por quê, deputado Clóvis Ferraz? Porque o PT, na época, votou contra o Produzir I, o Produzir II, o Pró-Gavião e o Prodecar.

Essa é a marca do PT, deputado Bira Coroa. V.Ex^a está indo a Itanagra, e deve ter ido à inauguração no ano passado do asfaltamento da principal ligação com a BR-116, uma estrada importante. V.Ex^a deve ter ido lá, foi receber os louros do esforço do governo passado. Essa obra foi executada no governo passado, e V.Ex^{as} a inauguraram, através de um projeto chamado Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias no Estado da Bahia - Premar, no valor de US\$ 180 milhões.

Pois bem, o deputado Bira Coroa não tem culpa, porque está no primeiro mandato, mas outros tantos que foram inaugurar obras deveriam dizer à população que aquilo não dependeu de um esforço sequer de algum deputado, porque, na época, esse projeto foi aprovado nesta Casa com os votos contrários da Bancada do PT.

Veja que visão sectária, deputado Bira Coroa! Era essa a bússola e o norte com que o PT definia: projetos bons, se eram apresentados por partidos divergentes, não se votava!

Portanto, V.Ex^a faz um belíssimo discurso, e a ele incorporamos esses dados, o que acho que se faz necessário para poder esclarecer à Casa e à Bahia como era o comportamento do PT no passado.

Muito obrigado.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Agradeço e incorporo o aparte de V.Ex^a ao meu pronunciamento.

Fiz questão de citar aqui esses programas que obtiveram êxito, que foram premiados e trouxeram benefícios significativos para os produtores rurais, para o homem do campo, principalmente os do Semi-Árido da Bahia, mas que hoje estão estagnados, parados, deputado Gildásio Penedo Filho.

Pasmem os senhores, esse projeto, o Produzir, nós o aprovamos nesta Casa, votamos a favor dele enquanto eles votavam contra tudo e contra qualquer projeto, mesmo que fosse bom para a população. Pois bem, o governo Paulo Souto saiu e deixou R\$ 30 milhões em caixa para o Produzir, mas não foi aplicado nada até agora. Muito pelo contrário, cancelaram os convênios cujos recursos já estavam nas contas das associações. Cancelaram os convênios e o programa está paralisado. Espero que o retomem.

O Prodecar, programa que foi assinado e cujos recursos vieram ainda no governo de Paulo Souto, deveria ter sido iniciado em 11 de dezembro de 2006. Paulo Souto assinou o programa, em Roma, com o FIDA, deixou os recursos, e ele apenas precisaria ser operacionalizado.

Estou aqui com um relatório do Tribunal de Contas do Estado com uma auditoria feita no período compreendido entre 01/01/2007 a 31/12/2007, Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR, Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional - Sedir, o Sr. Paulo César Lisboa Cerqueira é o gestor da CAR.

Não entendo, em virtude da inércia, esse projeto ficou parado esse tempo todo e o POA de 2007 que previa a aplicação nesse projeto, no Prodecar, porque eles

mudaram o nome, era Prodecar e eles mudaram para Terra de valor, mas não deram o andamento. O POA de 2007, Programa Operativo Anual, previa um montante de R\$ 31.163.330,00 para ser aplicado. E sabe quanto foi aplicado, deputado Gildásio Penedo? Foram aplicados R\$ 2.278.858,93 oriundos do saque de conta especial, correspondentes a 7,31% dos investimentos previstos. Isso mostra a inércia, a incapacidade, ou senão a má vontade deste governo que deixou os produtores de oito municípios do Sudoeste do Estado da Bahia, como Manoel Vitorino, Mirantes, Caetanos, Planalto, Poções, Aracatu e Bom Jesus da Serra, todos do Semi-Árido, municípios que incluímos nesse programa e que estão lá, as associações foram formadas etc.

Agora pergunto: esses R\$ 2.278.858,93 , porque não foi aplicado nada de produtivo, foram aplicados apenas para mudar o nome do programa? Só para isso? Sair de Prodecar para Terra de valor? Porque foi a única ação que este governo fez no programa até agora. Mas parece que depois do relatório do Tribunal eles estão retomando o programa.

Isso mostra que este governo até agora só fez inaugurar as fábricas trazidas pelo governador Paulo Souto, inaugurar as 6 mil casas implantadas e iniciadas, com todos os convênios assinados, durante o governador Paulo Souto. Enfim, todos os projetos e programas iniciados por Paulo Souto foram os únicos que eles deram andamento.

Esse aqui não tinha sido iniciado ainda, mas o recurso estava aí, eles não deram andamento, mudaram o nome e gastaram para mudar o nome R\$ 2.278.858,93. Esse programa foi auditado pelo Tribunal de Contas, está aqui condenado porque pode prejudicar outro programa, inclusive o FIDA está legando que houve o descumprimento de metas, os recursos envolvidos no programa são da ordem de 60 milhões de reais, é o Acordo Impresso nº 696 Dr FIDA. Pois bem, isso mostra que este governo, não acredito que seja por incompetência do gestor da CAR que é uma pessoa competente, mas é por inércia mesmo do governo que deixa um programa tão importante como esse, um programa social, de geração de emprego e renda para o homem do campo, paralisado há praticamente dois anos sem nenhuma ação.

Espero que agora que dizem estar retomando o programa e com a auditoria do Tribunal de Contas que está condenando a CAR, que pode prejudicar o programa porque o FIDA disse que houve descumprimento das metas, espero que seja retomado. Assim também como diversos outros programas e projetos que estão paralisados, esse projeto também teve o voto contra, projetos que vinham do governo eles votavam contra, o que não é a nossa prática atualmente. Nós da Oposição votamos em todos aqueles projetos que levam benefícios para a população do Estado. E vamos continuar fazendo isso, porque nós somos oposição ao governo, mas não somos oposição ao povo da Bahia, que nos elegeu, para votarmos aqui, leis e projetos que beneficiem a população do Estado. Como foi esse projeto,- não sei se o governador Jaques Wagner está sabendo disso, espero que não esteja-, porque se estiver, está deixando que uma ação tão positiva como essa, que é de tocar esse projeto, operacionalizar, para levar benefícios para o homem do campo e do semi-

árido. Espero que ele tome as ações necessárias para que esse, venha a ser desenvolvido para o bem da população desses 26 municípios.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder do governo ou da Maioria ou representante do PMN para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 10 minutos o deputado Ferreira Ottomar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Ferreira Ottomar pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. FERREIRA OTTOMAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, não temos nenhuma deputada na Casa neste momento, estive ausente da Assembléia após a eleição, sabia que só haveria apenas uma sessão e estava buscando algumas informações sobre o pleito que foi realizado em Camaçari no dia 5 de outubro. Estou me apautando em documentos concretos e gostaria que cada um dos senhores ouvisse aqui o meu relato.

(Lê) “O povo não deixou transparecer qualquer entusiasmo e não participou do processo eleitoral em Camaçari.

O resultado das eleições em Camaçari surpreendeu a todos que conhecem a política local e que jamais esperavam os números registrados.

A propaganda do Prefeito Luiz Caetano foi rica e abundante. Cento e doze carros de som. Plotagem em centenas de veículos traziam a sua propaganda e dos seus candidatos a vereador. As pixações, ao milhares, enfeavam os muros da cidade e davam conta do quanto foi despendido. A boca de urna rolou solta.

Nem bem iniciados os trabalhos de apuração e os correligionários do prefeito comemoravam os números do resultado que ainda estaria por ser divulgado. Os *outdoors* estavam prontos e, na mesma noite da apuração, foram afixados, em locais já escolhidos.

A certeza da vitória levantava e levanta suspeitas.

O prefeito elegeu vereadores, sua esposa e 2 dos seus sobrinhos.

O PT, que possuía 3 vereadores, ampliou a sua bancada para 5: Luiza Maia, esposa do prefeito e presidente da Câmara de Vereadores; Marcelino, ex-Secretário de Governo e que, em 2004, em Mata de São João, onde residia, obtivera ridículos 17 votos; Paulinho do Som, sobrinho do Prefeito; Téo Ribeiro, ex-Secretário da Pobreza e Cleber Alves, o mais votado nas eleições anteriores e que, por ter se desentendido com a cúpula do PT, por pouco não se elegeu, somente conseguindo com a repescagem dos votos de legenda.

A esposa do prefeito, no entanto, que proclamava ser eleita com 12 mil votos, somente conseguiu minguaos 3.901 votos, número muito distante dos 73.638 votos que teriam sido obtidos pelo seu marido.

A inacreditável abstenção foi inferior a dez por cento, talvez a menor em todo o

Brasil.

Por trás de tudo isso uma grande verdade: somente uma das urnas eletrônicas da 170ª Zona Eleitoral foi carregada, conferida e lacrada. Assim mesmo no dia 4 de outubro de 2008, no sábado que antecedeu às eleições de domingo.

Essa urna, segundo a Ata lavrada pela Justiça Eleitoral, somente foi carregada, conferida e lacrada em 04 de outubro porque apresentou defeito.

Acresce ainda que, a conferência por amostragem que deveria ser realizada em até três por cento das urnas preparadas para cada zona, escolhidas, aleatoriamente, pelos representantes do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil, dos partidos políticos e das coligações, nas urnas pertencentes à 171ª Zona Eleitoral, somente uma, repito, somente uma, a da 1ª sessão, foi submetida ao processo de conferência.

Mas, Senhores Deputados, surgem grandes e intrigantes dúvidas: Como e quando foi constatado o defeito da urna eletrônica, se não se realizou o processo de carga, conferência e lacração? Por que o defeito não foi reparado quando foi constatado e sim somente onze dias depois da data marcada para a carga, conferência de dados e lacração, na véspera das eleições?

As demais urnas eletrônicas da 170ª Zona Eleitoral não passaram pelo processo formal de carga, conferência e lacração, que deveria ter ocorrido em 23 de setembro, conforme convocara o Edital 036/2008. Apesar de não se ter realizado o ato, as urnas, sem os seus lacres, foram transferidas do Portoseco Pirajá para o Batalhão da Polícia Militar de Camaçari e ali permaneceram até a véspera das eleições, quando uma delas foi manipulada.

Se a carga, conferência e lacração das urnas eletrônicas pertencentes à 170ª Zona Eleitoral não foi realizada no dia marcado, cabe indagar como, quando, onde e de que forma se deu o processo? Na presença de que autoridades e de quais representações partidárias? Por que não foi lavrada a ata circunstanciada, que deveria ser assinada pelo juiz eleitoral, pelos representantes do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil e pelos fiscais dos partidos políticos e coligações presentes, de que trata o art. 34 da Resolução TSE 22712?

Respalado nas certidões fornecidas pela Justiça Eleitoral, que comprovam o descumprimento da legislação eleitoral, o PMDB requereu a impugnação das eleições municipais de Camaçari, formulando o pedido de perícia em todas as urnas eletrônicas utilizadas e de sobrestamento da diplomação.

Camaçari, lamentavelmente, tem um histórico de fraudes. Foi assim em 1996 e em 2000. Correições eleitorais cancelaram cerca de quarenta mil títulos eleitorais - o que não quer dizer que a fraude foi afastada.

Não fosse apenas isso, agora surge, para espanto de todos, o descumprimento de processo de carga, conferência e lacração da quase totalidade das urnas eletrônicas da 170ª Zona Eleitoral, a mais importante do Município.

O problema está nas mãos da Justiça Eleitoral, a quem cabe, para total transparência do processo, ordenar a imediata perícia técnica em todas as urnas

eletrônicas utilizadas nas eleições de 2008, no município de Camaçari, antes de proceder à diplomação dos que se consideram eleitos. Com a palavra a Justiça Eleitoral. O povo de Camaçari está aguardando”.

Vim a esta tribuna, Srs. Deputados, para esclarecer. Perder a eleição é normal, agora, não se pode perder eleição dessa forma, por uso do poder do dinheiro. O voto de Camaçari, este ano, custou muito caro. O voto foi vendido a atacado. O prefeito de Camaçari elegeu toda a sua família. A Câmara de Vereadores ficou sem representante do povo. Apenas dois vereadores da Oposição. Elegeu a esposa, dois sobrinhos e o secretário.

Os evangélicos não elegeram um vereador. Uma vereadora que tinha mandato perdeu. É uma vergonha. A democracia do nosso País não existe em partido pobre, em partido que não tem o poder do dinheiro. A democracia ainda não funciona no dia das eleições.

Aqui fica o protesto do deputado Ferreira Ottomar.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Ivo de Assis):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou representante do PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Ivo de Assis):- Com a palavra o deputado Heraldo Rocha por todo o tempo.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembléia*, radioouvintes da *Rádio Oposição*, internautas que acessam nosso site www.heraldorocha.com.br, minhas senhoras e meus senhores, na semana passada falei desta tribuna sobre a grave situação em que se encontra a saúde no Estado da Bahia.

No domingo, a Rede Globo de Televisão apresentou a situação do Hospital do Estado, da cidade de Aracaju, onde os pacientes estavam jogados como num campo de concentração. Aqui na Bahia não é diferente. Eu convido os Srs. e Sr^{as} Deputadas, o presidente da Comissão de Saúde, para fazerem uma visita à Emergência do Hospital Geral do Estado.

Lá estive aproximadamente 20 dias atrás. A situação é como se estivéssemos num campo de concentração, e o mais grave de tudo isso e não sei se os Srs. Deputados têm conhecimento de que, com a melhoria dos serviços da Prefeitura Municipal do Salvador, que tem recuperado os Postos de Saúde da Família, que tem recuperado as unidades de pronto-atendimento, está havendo uma sobrecarga muito grande nas emergências.

Os pacientes são atendidos no pronto-atendimento ou nas emergências das unidades ambulatoriais, e aqueles que estão sendo transferidos pelo SAMU 192 estão rodando pela cidade, procurando um atendimento nas emergências do Roberto Santos, do HGE e nas demais unidades, e estão permanecendo dentro das ambulâncias.

Na semana passada, dois pacientes baleados permaneceram circulando por

Salvador na semana passada, dois pacientes baleados permaneceram circulando por Salvador porque não encontraram atendimento na emergência. No sábado, às 3 horas da madrugada, recebi um telefonema de um paciente que tinha sido acidentado por um veículo vindo de Teolândia para Valença. O paciente tinha fratura de clavícula, suspeita de traumatismo crânio-encefálico e um quadro de politraumatismo. Imediatamente, tentei conseguir uma vaga num dos hospitais, Roberto Santos ou HGE. Não consegui. O paciente chegou a Salvador aproximadamente às 6 horas da manhã. Mandeí a minha assessoria para o HGE. Depois de muito sacrifício, não consegui atendimento.

Sr. Presidente, deputado Ivo, ser pobre, ser negro e não ter plano de saúde neste nosso Estado e neste nosso País é realmente viver uma situação catastrófica. Estou enviando para todos os meus colegas médicos um comunicado dessa situação. Na verdade, fui relator nesta Casa do Médico Regulador. Existe na estrutura do Estado um organismo que se chama Central Estadual de Regulação. O que é a Central Estadual de Regulação? É um órgão, cujo médico regulador, projeto que foi votado nesta Casa e do qual fui relator, é um especialista para trabalhar o sistema de referência e contra-referência entre as unidades ambulatoriais, entre os municípios, entre os hospitais regionais e a rede estadual da capital. Não está funcionando.

Esta semana, o governador Jaques Wagner lançou, parece-me que ontem ou anteontem, o Programa de Internação Domiciliar. Ora, é um programa muito bom, mas quem vai dar assistência a esses pacientes se nos hospitais públicos do Estado falta o neurocirurgião, falta o cirurgião, falta o anestesista, falta o intensivista? A maioria dos plantões nos hospitais do Estado não tem médico. Quem vai dar assistência ao doente? E aí colocam no Diário Oficial mais uma propaganda enganosa.

No meu *site*, estou fazendo uma enquete para saber da população da Bahia quantos pacientes foram operados durante o mutirão lançado pelo Sr. Governador e pelo Exmº Sr. Secretário da Saúde do Estado. Os pacientes são os internados na rede pública estadual e portadores de patologias como fratura de colo de fêmur, também neurocirurgias. Até agora não apareceu um paciente que tenha sido operado no mutirão das cirurgias de média e alta complexidade.

Nós, que somos médicos, sabemos que há falta de especialistas. Quando o Exmº Sr. Secretário da Saúde apresentou como plano B a contratação de médicos pelo REDA, sabíamos que isso não iria funcionar. Quando o Exmº Sr. Secretário da Saúde, professor Jorge Solla, contratou entidades *masters*, como Obras Sociais Irmã Dulce e Fundação José Silveira, sabíamos que também não iria funcionar. Essas entidades não trabalham mais com o Estado. Quando o Exmº Sr. Secretário da Saúde do Estado lançou o mutirão de cirurgias de média e alta complexidade, sabíamos que não iria funcionar, porque a rede pública privada não vai atender o volume que ele apregoa pelo SUS. Ora, o paciente pobre não tem plano de saúde. O servidor público tem o Planserv que funciona relativamente bem. Nós temos plano de saúde, alguns do Bradesco, outros do Sul América, etc. E o paciente que mora no interior, na zona rural, ou que mora na zona urbana, vai buscar atendimento onde? Nos hospitais da

rede pública estadual.

Há municípios que temos a honra de representar nesta Assembléia Legislativa como, por exemplo, o município de Valença, que não têm hospital público do Estado. Valença tem a Santa Casa que presta atendimento a toda população da microrregião da Costa do Dendê. Temos na região Sudoeste, no município de Itapetinga, o qual temos honra de representar, o hospital Cristo Redentor da Santa Casa de Misericórdia. E estamos percebendo que a situação da Saúde do Estado da Bahia, está piorando a cada dia que passa. No que diz respeito às emergências, gostaria de parabenizar ao secretário da Saúde municipal, José Carlos Brito, meu colega, competente profissional e ex-presidente da Associação Baiana de Medicina, pelo excelente trabalho de recuperação da rede municipal, que foi destruída pelo Partido dos Trabalhadores, e parabenizar também os meus colegas Luiz Eugênio Portela e Carlão.

A rede pública municipal da Bahia, do município de Salvador, foi destruída! E graças a competência do meu querido colega, José Carlos, está conseguindo recuperar, mas está encontrando as portas dos hospitais do Estado fechadas.

O Sr. PRESIDENTE(Ivo de Assis):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Concluirei dizendo a V.Ex^a, deputado presidente Ivo de Assis, que a situação da Saúde da Bahia, particularmente das emergências dos hospitais públicos do Estado, é uma situação que o governador precisa assumir. Os pacientes estão morrendo dentro das ambulâncias e nas portas dos hospitais.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Ivo de Assis):- Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou ao Representante do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Bira Coroa.

Peço ao nobre deputado Isaac o favor de substituir o deputado Bira Coroa enquanto ele faz uso da palavra durante 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE(Ivo de Assis):- Deputado Isaac, por favor, ajude na composição da Mesa.

O deputado Bira Coroa fará uso da palavra agora pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. BIRA COROA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, faço uso da palavra para me expressar sobre dois momentos.

O primeiro momento ao qual quero me reportar, é a grande vitória obtida nas eleições pelo prefeito Luiz Carlos Caetano, no município de Camaçari. Em primeiro lugar, quero dizer que o resultado apresentado nas urnas, apenas repetiu o que as pesquisas vinham mostrando ao longo de toda trajetória. As pesquisas apontavam o prefeito Caetano, com mais de 70% de credibilidade e das intenções de voto da população. Isso se refletiu 72% dos eleitores que foram às urnas e afirmaram Caetano mais uma vez prefeito de Camaçari. Refletiu também na composição da Câmara

Municipal, na afirmação de 11 dos 13 deputados eleitos da base de sustentação do governo Caetano, numa frente ampla composta por 13 partidos e, pela primeira vez na história do município, todos os partidos que compuseram essa grande frente demonstraram a satisfação pelo respeito e pelo tratamento igualitário que tiveram ao longo de toda a campanha.

Quero apenas esclarecer que a Câmara hoje é renovada, sim, mas tem representação de todos os setores. Aqui, foi dito que não tinha representação evangélica, desrespeitando inclusive a origem e a representação do Bispo Jair, reeleito vereador com mais de 12 mil votos nesse mesmo pleito, inclusive com o apoio do deputado Ivo de Assis. É bom citar que há, no processo político, erros e acertos, e há opções. Nas opções, existem expectativas e, dentro dessas expectativas, existem estratégias, e algumas são acertadas e outras, negativas ou prejudiciais.

Quero dizer ao nobre deputado Ferreira Ottomar que questionamentos da legalidade da eleição ou tentativa de atribuir que a expressiva votação de Caetano e a vitória esmagadora que reflete hoje como uma das maiores de todo o Brasil foram fraude é tentar brincar eleitoralmente ou desrespeitar o eleitorado de Camaçari, que há mais de 4 meses já vinha apontando para esse processo.

Quero dizer que o nobre deputado fez uma opção política, a qual se refletiu no péssimo resultado obtido nas eleições, quando deu um tiro para cima, sem destino e acertou vários alvos, conseguindo derrubar 12 mandatos de vereadores eleitos pelo próprio partido dele na Câmara, dos vereadores Janete e Gil e, conseqüentemente, o mandato não eletivo, mas executivo de um secretário, que deixou a secretaria para sair candidato, Jaime Guilherme, que foi junto no processo; além de uma liderança expressiva, como a de Falcão, que tinha grandes possibilidades de eleição e junto foi alvejado. E essa bala está solta, transitando no ar e, por gravidade, vai descer e pode cair em qualquer cabeça, até na do próprio deputado, se não tiver cuidado político nessa condução.

Quero chamar a atenção de que a representatividade obtida pelas oposições em Camaçari reflete a falta de acúmulo político por parte dessas intervenções. A prova maior é que o principal oponente de Caetano nesse processo político era um pára-quedista, que não tem raízes, identidade, relação alguma com o município, a não ser utilizar um veículo de comunicação para cultuar o que já superamos na Bahia e não queremos mais que volte, que é a cultura da miserabilidade do nosso povo. E se refletiu nisso, nobre deputado, nas urnas e no processo eleitoral e, conseqüentemente, é a repercussão do que nós tivemos.

Quanto ao baixo índice de abstenção nessas eleições, não foi apenas nessa, nobre deputado. O histórico das eleições de Camaçari tem demonstrado que essa cidade tem um índice elevado de eleitores, sempre superior a 85%, em torno de 90%, que vão às urnas cumprir com o dever cívico de votar. E Camaçari está hoje numa estatística nacional entre as primeiras cidades do País em grau de politização. E isso reflete esse alto índice de votação do município, o que é preciso esclarecer.

É preciso também esclarecer que entre os vereadores eleitos do PT, há um crescimento, sim, de três para cinco cadeiras na Câmara. A vereadora Luísa Maia,

que o senhor disse aqui que é esposa do prefeito, já era vereadora e vai assumir agora o terceiro mandato, exerceu inclusive o mandato quando Luiz Caetano sequer era vereador. Então tem uma história constituída naquele município e não dá para de forma pejorativa tentar dizer que ela está lá porque é a esposa do Prefeito.

Como também o jovem Paulinho que se elegeu pelo trabalho que vem desenvolvendo como líder de uma comunidade estratégica e importante, Novo Horizonte, da qual ele é presidente da associação de moradores e vem de uma história no município. Assim também dizer que o outro vereador, Téo Ribeiro, o secretário, mas ele não está lá por ser secretário não, nobre Deputado, está lá porque é vereador de 3 mandatos. Assumiu dois mandatos e agora está no terceiro. Teve dois mandatos brilhantes como vereador daquele município e depois foi ser secretário, um excelente secretário, comprovando para a população de Camaçari a sua capacidade de legislar e de ser executivo. E que volta com mais de 2400 votos para ser novamente vereador daquele município.

O Sr. Ferreira Ottomar:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. BIRA COROA:- Vou conceder o aparte, nobre Deputado, depois faço a conclusão.

O Sr. Ferreira Ottomar:- Fui muito franco no meu discurso ao dizer que não era discurso de perdedor, pois nós sabemos ganhar e sabemos perder. Eu já ganhei e também já perdi e sei me comportar muito bem quando ganho e quando perco.

Agora, acho que os votos em Camaçari foram comprados com pacote fechado. Entramos com seis liminares na Justiça Eleitoral e quem vai ter que dizer se a eleição foi fraudada não sou eu nem V.Ex^a e sim o juiz que comandou a eleição. Aqui está a Ata para quem quiser ver que foram lacradas apenas duas urnas ,das 402 , .no dia 04 /10.

Quanto aos vereadores que têm três mandatos que V.Ex^a falou, pelo que sei é que a Primeira-Dama Luiza Maia está em seu segundo mandato, na verdade estará no terceiro mandato a partir de janeiro. Téo Ribeiro só teve um mandato, até o admiro, é uma pessoa que prezo muito, é um amigo.

Não estou aqui reclamando da perda. Estou reclamando do processo eleitoral ocorrido naquela cidade onde o PT colocou 10 mil bocas-de-urnas, 4 mil carros e cinco postos de gasolina ficaram à disposição das cinco horas da tarde até a madrugada, com o dinheiro público. Todos os vereadores foram bancados com o dinheiro público, isso eu posso provar.

O Sr. BIRA COROA:- Para concluir, deputado.

O Sr. Ferreira Ottomar:- Proporcionalmente o PMDB teve mais votos e se formos pesar em dinheiro, em divisas, o PMDB teve mais votos que o PT, pois gastamos 80 milhões reais e tivemos seis mil e poucos votos, e o PT gastou 12 milhões de reais. Onde colocou? Nós tínhamos 15 carros de som, o PT tinha 106 carros de som, tudo era comprado.

O Sr. BIRA COROA:- Respeitei a sua falação e lhe concedi o aparte por respeito. Mas quero dizer que, mais uma vez ,V.Ex^a demonstra o desconhecimento com a própria política local, quando aqui tenta dizer que Téo Ribeiro teve apenas um

mandato. Quero que V.Ex^a recicle sua informação, pois mais uma vez apresenta um dado que não reflete ...Téo Ribeiro tem dois mandatos cumpridos e agora vai entrar no terceiro; a vereadora Luiza Maia tem dois mandatos concluídos e vai entrar no terceiro.

Então, quero chamar a atenção....

O Sr. PRESIDENTE (Ivo de Assis):- Para concluir, deputado.

O Sr. BIRA COROA:- Assim também quando V.Ex^a se refere à quantidade de carros de som está desconhecendo, inclusive, que a coligação a qual defendia e dava sustentação ao prefeito Caetano tinha 104 vereadores. E é lógico que uma coligação de 104 vereadores em relação a uma coligação que não conseguiu colocar 26, vai ter uma expressividade de representação e de presença no processo de disputa política. É aí que temos de aprender a respeitar e a entender que a política é esse dinamismo, é essa disposição. Por isso, a afirmação feita por V.Ex^a de que houve utilização de recursos públicos e fraude na campanha tem que ser comprovada. Espero que o senhor não tenha que vir a este Plenário para dizer: “Não foi bem assim, é preciso corrigir porque não era isso, não foi essa a intenção”.

Mas reconheço que a opção feita pelo nobre deputado no contexto político do município foi, sem sombra de dúvida, intempestiva, o que se refletiu numa derrota eleitoral que o PMDB não merecia em Camaçari.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Ivo de Assis):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PCdoB para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Ivo de Assis):- Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, falarei neste momento sobre a grande vitória do Partido Comunista do Brasil e das forças de Esquerda nas últimas eleições municipais.

Nosso partido pode ser considerado como um dos que obteve mais êxito eleitoral aqui no Estado da Bahia. Explico o porquê: há 4 anos, não elegemos nenhum prefeito nos 417 municípios. Elegemos alguns vice-prefeitos, sendo um deles a camarada Tânia Portugal, em São Sebastião do Passé, que assumiu a prefeitura durante quase os 4 anos do mandato, efetuando uma excelente administração e sendo reeleita.

Pois bem, agora, em 2008, o nosso partido – que não havia elegido, repito, nenhum prefeito em 2004 – elegeu 18. Lançamos 40 candidaturas e elegemos quase a metade. Entre eles está o da quarta maior cidade da Bahia, Juazeiro, o nosso camarada Isaac.

Quais as prefeituras onde elegemos os prefeitos? Vou nominá-los por ordem alfabética: Brejões, o camarada Alan; Campo Alegre de Lourdes, o camarada Alessandro; Capela do Alto Alegre, o Dr. Nei; Correntina, com Maguila; Gandu, a

camarada Dr^a Irismá; Heliópolis, o camarada Valtinho; Ibicoara, mais uma mulher, Sandra Vidal; Itacaré, o camarada Antônio de Anísio. Ituaçu, Neto. Juazeiro, Isaac Cavalcante. Em Matina tivemos mais uma mulher: a prefeita Olga. Em Prado, o nosso camarada Jonga, ex-bancário do Baneb. Em Rodelas, tivemos uma vitória muito bonita do nosso camarada Emanuel. Na realidade ele foi perseguido, demitido de forma absurda da empresa em que trabalhava. Mas resistiu a essa perseguição política, se candidatou a prefeito pelo Partido Comunista do Brasil e venceu as eleições. Apesar da máquina, do aparato e das perseguições, foi eleito prefeito daquela cidade. Portanto, foi uma das vitórias mais bonitas que conquistamos.

Todas elas foram bonitas, especialmente em Juazeiro e Rodelas, esta pelo ato simbólico da resistência à perseguição, ao conservadorismo, ao atraso. Foi uma vitória que realmente considero bastante bonita.

Em São Sebastião do Passé, houve a reafirmação duma mulher que fez uma das melhores administrações no Estado da Bahia: Tânia Portugal. Reeleita, reafirmada, reconduzida ao cargo de prefeita! Em Serra do Ramalho, tivemos a reeleição do nosso camarada Carlos Caraíbas. Em Itanhaçu, a eleição do camarada João Francisco. Em Urandi, o prefeito Zé Cardoso. Tivemos também a vitória em Ubatã com a eleição de Agilson Muniz.

Portanto, elegemos 18 prefeituras, entre as quais encontramos mulheres de garra e a quarta maior cidade da Bahia. No município de Rodelas, repito, o nosso camarada foi perseguido mas deu a volta por cima se elegendo prefeito. São 18 administrações que, sem dúvida nenhuma, serão referências neste Estado.

As gestões do PCdoB vão ser democráticas, progressistas, comunistas. E com total certeza se transformarão em referências, como em Aracaju, por exemplo, onde o nosso camarada Edvaldo Nogueira fez uma excelente administração sendo reeleito prefeito já no primeiro turno. Tivemos anteriormente em Olinda a camarada Luciana reeleita e agora fizemos mais uma vez o sucessor.

Portanto, estamos aí com o modo comunista de governar. Estou me referindo às prefeituras que o PCdoB fez. Falo do Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, inspirado nas idéias de Marx e Lênin, na Revolução Socialista de 1917. Não estou aqui para falar em nome de outros partidos, como o PMDB, o PSB e outros. Desta tribuna falo do meu partido, no qual milito há 30 anos: o PCdoB, Partido Comunista do Brasil. Os outros municípios são outras prefeituras, outros partidos, e aí cada um fala do seu partido. Não tenho procuração para falar sobre outros partidos.

Então me refiro às prefeituras que o PCdoB fez e aos seus prefeitos vitoriosos que, tenho absoluta certeza, colocam expectativas de grandes mudanças neste Estado. Juntando-se com outros partidos, entre eles o PT, o PSB e outras agremiações progressistas, faremos uma grande administração na Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra o nobre Líder do Bloco Parlamentar PR/PRTB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, o deputado Gildásio Penedo falará por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra o deputado Gildásio Penedo Filho por todo o tempo.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, imprensa presente, galeria, quero primeiramente agradecer a gentileza do deputado Elmar Nascimento que nos cede o espaço do PR/PRTB para que possamos expor o nosso posicionamento, deputado Isaac Cunha. Desde do dia de ontem, estamos aqui nesta Casa denunciando, deputado Álvaro Gomes, V.Ex^a não estava aqui ontem, estava na Guatemala, mas V.Ex^a ao retornar é importante que tenha conhecimento da gravidade que vem envolvendo as ações do governo Jaques Wagner.

No ano passado, a Bancada da Oposição denunciou, inclusive, através de uma campanha publicitária, deputado Heraldo Rocha, o abuso do governo Jaques Wagner nas contratações de obras e serviços sem o devido processo licitatório, através da chamada dispensa de licitação. Todos sabemos que o próprio regimento jurídico, deputado Isaac Cunha, prevê em determinados casos, na excepcionalidade, que o Estado se arvore desse instrumento para poder contratar determinados serviços através do processo de dispensa de licitação, principalmente naqueles casos expressamente consolidados pelo ordenamento jurídico, que é o chamado caráter de urgência, que necessita para a contratação por órgãos públicos.

No ano passado, o governo Jaques Wagner, que insiste em dizer que este governo republicano aplica uma prática transparente e de moralidade pública, gastou a bagatela de R\$ 350 milhões sem o processo licitatório, através do modelo de dispensa de licitação. Denunciamos ao Ministério Público, inclusive, uma das nossas citações se referia ao abuso do governo em relação às obras do Estádio de Pituaçu. Obra essa, deputado Isaac Cunha, que V.Ex^a tem aqui o prazer de nos ouvir neste momento, inicialmente foi projetada por R\$ 22 milhões, também com o regime de dispensa de licitação. Escolheu-se uma empresa, duas ou três, e se trouxe para a discussão.

Pois bem, essa obra que inicialmente foi projetada para custar R\$ 22 milhões, o próprio governo, deputado Waldenor Pereira, num balanço de suas ações em 2008...

O Sr. Heraldo Rocha:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Está inscrito, deputado Heraldo Rocha. (...) dá a satisfação à população baiana que essa obra, inicialmente projetada por R\$ 22 milhões vai custar a bagatela, através de dispensa de licitação, a cifra de R\$ 55 milhões. Uma obra inicialmente projetada por R\$ 22 milhões vai custar aos cofres públicos, sem o processo licitatório devido, através do regime de dispensa de licitação, a bagatela de R\$ 55 milhões, num aumento de 150% a mais do que o contrato inicial projetado.

Por isso, deputado Waldenor, e não disse, e não é a minha intenção, quero dizer de público que não estamos aqui acusando favorecimento de determinadas empresas. Não é essa a nossa posição, deputado Heraldo Rocha. Quem conhece o trabalho da Bancada de Oposição sabe o respeito, a serenidade e o equilíbrio que tem pautado as

nossas ações. Agora, efetivamente, o processo de dispensa de licitação, que em alguns casos se justifica, não pode ser banalizado. A excepcionalidade não pode virar regra, deputado Heraldo Rocha, como de fato vem ocorrendo no governo Jaques Wagner.

Este ano - e o governo no ano passado podia dizer, deputado Ubaldino, estamos começando o ano, ainda há dificuldade de entrosamento, precisamos conhecer a máquina pública - o governo gastou, deputado Ubaldino, até o mês de outubro, o valor de R\$ 553 milhões sob o regime de dispensa de licitação, das formas mais variadas, deputado Ubaldino.

Eu quero saber o que pode justificar ou embasar o parecer jurídico, deputado Marcelo Nilo, nobre Presidente desta Casa, para, por exemplo, dispensar-se a licitação para a construção de uma cadeia pública em Salvador? O governo descobriu que precisa fazer uma cadeia pública na metade do seu mandato. Por que não licitar? Por que não dar oportunidade à disputa legítima e transparente que, conseqüentemente, traria, sim, deputado Heraldo Rocha, preços mais vantajosos para o Erário Público baiano? Essa obra, que vai ser feita também sob o regime de dispensa, de inexigibilidade vai custar a bagatela de R\$ 19 milhões, sem o processo licitatório.

Onde está o caráter emergencial, deputado Waldenor, que possa justificar, no âmbito da Secretaria de Turismo, por exemplo, a dispensa de licitação para a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais e de apoio operacional ao Centro de Convenções da Bahia, no valor de R\$ 786 mil? Vieram descobrir agora que o Centro de Convenções precisa de reforma. Por que não licitar? Por que não dar oportunidade à disputa democrática e transparente, deputado Bira Coroa? Por quê?

O que justifica o caráter emergencial para que o governo utilize o regime de dispensa de licitação para contratar, deputado Isaac Cunha, uma empresa para construir 5 minipresídios no interior baiano pela bagatela de R\$ 4 milhões e 900 mil? Minipresídios que serão construídos em Conquista, Jequié, Teixeira de Freitas, Itabuna e Juazeiro. O governo veio a descobrir, na metade do mandato, que precisava construir minipresídios. Por que não fazer o processo licitatório devido, dar oportunidade à disputa legítima entre as empresas, deputado Heraldo Rocha?

Por que, deputado Waldenor, o governo resolve contratar a empresa Arc Serviços Ltda., através da Secretaria da Administração, no valor de R\$ 3.529.451,88, para o serviço de recepção, seleção e entrada de dados nos postos do SAC? É esse o caráter emergencial para a contratação de mão-de-obra? Por que não licitar?

Deputado Heraldo Rocha, por que não licitar, por exemplo, a prestação de serviços comuns, como conservação, limpeza e apoio, no âmbito da Secretaria da Saúde, na bagatela de R\$ 13.835.421,00.

Por que não licitar, por exemplo, deputado Isaac Cunha, no âmbito da Sesab, o serviço de vigilância patrimonial? Contratou-se a empresa Sena - Segurança Inteligente também com dispensa de licitação no valor, na bagatela de R\$ 8.503.887,60.

Por que não licitar o serviço de motorista no âmbito da Saúde no valor, na bagatela de R\$ 1.246.575,60 centavos?

Por que não licitar uma lavanderia para lavar roupas nos hospitais? O governo descobriu que, na metade do seu mandato, precisa contratar uma empresa sob dispensa de licitação, no valor de R\$ 775 mil, sem o processo devido, sem a transparência tão apregoada por esse governo.

Por que não licitar deputado Heraldo Rocha mais de meio bilhão de reais?

Nós sabemos e compreendemos que em muitos dos casos a urgência se justifica. A excepcionalidade é cabível, mas não se pode fazer da regra a exceção, deputado Waldenor. Não pode a excepcionalidade virar regra neste governo, sob pena de ficar, de fato, manchado o princípio da transparência, da oportunidade de ampla defesa e constituição dos direitos das empresas. Até porque não sabemos quais os critérios que foram utilizados para a escolha dessa ou daquela outra empresa.

Portanto, deputado Waldenor, fizemos esse levantamento, fruto de avaliação rotineira, diária, todas elas publicadas no Diário Oficial do Estado —é obrigação do governo—, mostrando que embora entendamos que o caráter emergencial se possa justificar em determinadas situações, infelizmente, a prática desse governo é trazer essa tonalidade e transformar em regra uma prática que condenamos e entendemos que não é, de fato, a mais transparente, a mais democrática, a forma como o governo apregoa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância de V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PTdoB/PSL/PTB para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Carlos Ubaldino:- Sr. Presidente, o deputado Waldenor Pereira falará pelos 9 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra o deputado Waldenor Pereira pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, subo a esta tribuna para, de forma ponderada, calma, sem e eloquência do nobre colega deputado Gildásio Penedo, refutar de forma veemente as informações que ele acaba de prestar com a contundência que lhe é peculiar.

Já tivemos a oportunidade, nesta Casa Legislativa e também através de entrevista coletiva com o secretário da Fazenda, Dr. Carlos Martins, de provar e comprovar ao nobre deputado Gildásio Penedo e à sua Bancada de Minoria que os processos de licença de licitação procedidos pelo nosso governo são todos legais, baseados na lei que orienta e regulamenta o processo licitatório no Brasil, que é a Lei nº 86666. Todas as dispensas de licitação foram realizadas com o parecer prévio da Procuradoria Geral do Estado e, portanto, todas elas, deputado Gildásio Penedo, realizadas dentro do maior rigor administrativo e legal. Esse é a primeira observação.

A segunda observação é que os governos apoiados por V.Ex^a, especialmente o

último governo de Paulo Souto, dispensaram licitações em valores superiores ao governo Jaques Wagner. Aqui está, vou ler e deixar à disposição de V.Ex^as. Aliás, não é a primeira vez que subo a esta tribuna para contestar não os dados, mas a sua veemência ao querer comparar o nosso governo com os governos apoiados por V.Ex^a, como se o nosso estivesse praticando uma prevaricação, comportando-se de forma inadequada, até com improbidade administrativa.

V.Ex^a, hoje, nesta tribuna, de forma altiva, em alto e bom som, refez a informação prestada ao Jornal *A Tarde*. Naquela matéria, V.Ex^a apresentou para os leitores uma desconfiança a respeito dos recursos destinados à construção dos minipresídios, fazendo parecer que havia favorecimento de empresas, mas favorecimento é corrupção; se há corrupção, cabe a V.Ex^a o ônus da denúncia. Respondi à altura no mesmo jornal. Tenho aqui informações de dois anos e já solicitei à Secretaria da Fazenda informações dos anos anteriores para provar a V.Ex^a que seu governo, que também foi o de Paulo Souto gastou mais com dispensa de licitação do que o nosso governo.

Deputado Gildásio Penedo, por exemplo, no ano de 2005, o governo Paulo Souto destinou 1 bilhão, 17 milhões, 958 reais com dispensa de licitação de uma forma geral, sendo que 566 milhões se limitaram àquelas compras e serviços dentro da faixa determinada por lei que dispensa a compra da licitação.

Mas se V.Ex^a fizer uma conta aritmética fácil, de diminuição, 1 bilhão e 17 milhões menos 566 milhões, no ano de 2005 – um Orçamento muito menor do que o atual, de 19 bilhões de reais –, o governo Paulo Souto destinou 451 milhões sem licitação. Esse valor, proporcionalmente ao Orçamento da época, era bem superior aos 500 milhões de hoje.

V.Ex^a sabe que no curso deste ano estamos executando um Orçamento de 19 bilhões de reais. Desta forma, 500 milhões de reais com dispensa licitação, todas legais, todas baseadas e acobertadas pela Lei 8.666, representam um percentual menor, quando comparado com o total do Orçamento, do que o valor destinado pelo governo de V.Ex^a.

Portanto, não é justo, não é correto que V.Ex^a possa dispor de dados hoje publicados no *Diário Oficial*, hoje disponibilizados através do *Transparência Bahia*, através do acesso com a senha que tem para acompanhar diariamente a execução orçamentária do Estado, e com todo respeito, V.Ex^a possa estar fazendo proselitismo, deputado Gildásio, apresentando dados que são perfeitamente compatíveis, deputado, são perfeitamente compatíveis. Inclusive quero dizer que os recursos destinados pelo governo de V.Ex^a foram também perfeitamente compatíveis com o Orçamento da época, 500 milhões de reais, para dispensa de licitação com um Orçamento de 19 bilhões de reais. Trata-se de um dado, de um valor perfeitamente compatível, deputado Gildásio Penedo.

Portanto, não cabe a contundência, a eloquência da crítica de V.Ex^a, porque todos os recursos foram aplicados de forma correta, legal, atendendo aos requisitos tanto técnicos quanto administrativos, todos acobertados pela Lei 8.666. Não há qualquer ilegalidade, não há qualquer favorecimento, e por outro lado o valor é

perfeitamente compatível com a execução orçamentária do nosso governo neste ano de 2008.

Passarei para V.Ex^a o que tenho em mãos neste ano de 2008, que são dados oficiais, mostrando que o governo Paulo Souto destinou maior volume de recursos com dispensa de licitação do que o governo Wagner. Está em minhas mãos.

Quero cumprimentar o nobre colega José das Virgens, esse companheiro vitorioso, que chega a este Plenário eleito prefeito do município de Irecê, sem dúvida alguma, uma perda irreparável para este Parlamento, mas uma vitória e um ganho extraordinário para o município de Irecê. Também quero cumprimentar o prefeito de Livramento, presente às Galerias Paulo Jackson, companheiro Carlão, reeleito prefeito pelo PMDB. Ele também nos honra com sua presença nas Galerias Paulo Jackson.

Sendo assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, quero aceitar de bom grado, deputado Gildásio Penedo, esse debate, essa discussão, pois é da mais alta qualidade, do mais alto nível. V.Ex^a apresentou dados, mas também dispomos de dados que são esclarecedores, que mostram que o discurso veemente, contundente, de V.Ex^a não consegue guarida tendo em vista a compatibilidade do valor com o total do Orçamento previsto para o ano de 2008, que é de R\$ 13 bilhões.

Logo mais, se houver tempo disponível, vamos falar sobre o Orçamento de 2009, que será de R\$ 22 bilhões. É um crescimento significativo para permitir ao nosso governo a realização de mais ações, de mais investimentos para promover o desenvolvimento do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção.

Quero agradecer ao deputado Carlos Ubaldino que nos cedeu o espaço para que pudéssemos responder ao deputado Gildásio a respeito desse tema tão importante. E aceitamos o convite, o desafio para o bom debate a respeito dessa matéria.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra o Líder do Bloco Parlamentar PP/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Luiz Augusto:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra o deputado Luiz Augusto por todo o tempo.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta tarde falam de licitação pública: um defendendo o governo anterior e outro falando do atual governo. Até parece que o atual governo concorda com o governo anterior, porque tem que fazer sem licitação... E aí apresentam-se dados como estivessem fazendo licitação.

Acredito que a licitação pública é bom para o governo, porque diminuem-se os custos. É impossível diminuir custos se se está convidando – bota-se o valor que se quer, convida-se, e só os amigos acabam ganhando a obra.

Eu, que tenho uma empresa de construção civil, já participei de muitas

licitações públicas. É ruim, e é ruim para todas as pequenas empresas – e no interior do Estado tem muito isso – porque só participa de licitação da prefeitura quem é amigo do prefeito, senão acaba não recebendo, se por acaso ganhar a licitação e fizer a obra. A pior coisa que tem não é não ganhar a licitação, é fazer a obra e não receber. Aí, quebra-se a pequena empresa.

Parece-me que aqui está acontecendo a mesma coisa: tem que ser muito amigo do governo para ganhar uma obra sem licitação. Isso não tem justificativa. O governo Wagner não precisa disso. Os secretários não precisam disso. Fazer licitação..., cadeia pública, 13 milhões, deve ser uma penitenciária. Acredito que não deve ser uma cadeia pública.

O Sr. Heraldo Rocha:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Darei o aparte, deputado.

Como não temos as plantas, como não temos os dados, acaba ficando a impressão. Cadeia que vemos no interior é aquela cadeiazinha simples. Então, acaba-se tendo a impressão de que o negócio é superfaturado. E, aí, todos vêm para aqui falar de licitação pública.

Acredito que temos de cobrar para que se faça licitação, não comparar os valores do governo anterior para falar: “Esse fez mais um centavo, esse fez menos um centavo de licitação pública...” Aí, não vale nada a mudança de governo - “governo republicano, transparente” - já que não há licitação pública. Nós, deputados, que somos fiscais do governo, temos de cobrar para que o governo realmente faça licitação e para que as empresas possam participar e, quando participar, fazer a obra e receber os recursos, senão não adianta nada, vai ficar no mesmo. Entra governo e sai governo acabam ganhando apenas os amigos do governo. Não muda nada.

Tomara que aprendamos. O Tribunal de Contas do Estado poderia também entrar nesse negócio. Que Tribunal de Contas do Estado não fiscaliza? Licitação, dispensa de licitação para construir cadeia pública... Dispensa de licitação para construir o Estádio de Pituaçu, que não serviu para campeonato, não serviu para nada. Disseram que iriam gastar 22 milhões e, agora, ouvi dizerem aqui 55 milhões. E, aí, tenho até uma justificativa dos 55 milhões, uma justificativa horrível. Gastarem 22 milhões sem licitação... Como, com dispensa de licitação, poderia... Se fosse licitação, com reforma e ampliação, só poderiam gastar 50% a mais. Então, sairia de 22 milhões de reais e só poderiam gastar até 33 milhões.

Então, faz-se com a dispensa de licitação, gastam-se 50 milhões e fica por isso mesmo! Não é possível! Acho que o Tribunal de Contas do Estado também tem que fiscalizar, não só as pequenas prefeituras, porque as pequenas prefeituras do interior e, principalmente, as miniprefeituras, que não têm recursos, têm que contratar escritórios cada vez mais sofisticados de contabilidade e de advocacia e uma grande parte dos recursos das pequenas prefeituras está indo para o orçamento para fazer esse tipo de contabilidade e, de repente, o Estado não faz nada! Ou seja, que exemplo o Estado pode dar para os prefeitos? Qual o exemplo que dá para aqueles que estão lá embaixo? Ou seja, a corda tem que arrebentar sempre do lado mais fraco, o dos prefeitos? Não, o Tribunal de Contas tem que fiscalizar! E também não tem que

aprovar conta, ou senão aprovar com ressalvas.

Nós, que somos deputados, iremos também fazer ou cobrar multa. Ou então aprova-se tudo, faz-de-conta que houve licitação, que está tudo correto, faz-de-conta que existe às vezes também o Tribunal de Contas do Estado. Aí, não vale a pena haver essas coisas.

E nós, que somos do interior, vemos os nossos prefeitos, às vezes, por ignorância, ter as contas reprovadas por questões técnicas. E isso é ruim. Por isso a Lei de Responsabilidade Fiscal foi muito boa para todos os pequenos municípios. A Lei de Licitação, a 866 que o Estado, o governo passado, reformulou, melhorou uma porção de coisas na lei de licitação, nós aqui a aprovamos e acabou não servindo para nada, apenas para ficar um monte de papel e continuar fazendo as obras sem a licitação pública.

Com um aparte o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- V.Ex^a, que deu um show quando da CPI da Ebal, pela sua experiência, pela sua prática como parlamentar, como engenheiro e também como especialista nessa área de contratação de serviço, deu agora o depoimento mais sereno, mais tranquilo a respeito dessa situação.

Fui secretário de estado duas vezes. Contratar segurança patrimonial sem licitação no Estado! Vou reunir a Bancada e quero contar com V.Ex^a, vamos fazer uma representação ao Ministério Público, mais uma vez, à Procuradoria do Estado e também ao Tribunal de Contas do Estado, e V.Ex^a, que é engenheiro, gostaria de que nos ajudasse para que fizéssemos uma visita ao Sinduscon, Sindicato da Construção Civil, para provar que essas empresas são as empresas da “Bahia de Todos Nós”.

Muito obrigado.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Isso é que deixa a grande dúvida. Às vezes, falo que não há necessidade de o governador ter esse tipo de atitude, esse tipo de contratação. Talvez, ele não saiba. Acho que deixa a dúvida no ar, deixa todos nós pensando que há maracutaia no negócio, porque não tem jeito de pensarmos outra coisa! Não tem como não pensarmos outra coisa! Não vemos o projeto, não vemos a planilha, não vemos nada, apenas o valor, às vezes, de uma cadeia pública ou de um contrato... Já vi contrato aqui, para lavar roupa, de 700 mil reais, as lavadeiras hoje acabaram.

Então, essas coisas é que ficam no ar, dizendo que existe algo errado e, às vezes, pode até não haver coisa errada. E, se não existe, por que não fazer a licitação? Por não deixar as pequenas empresas participarem? Por que a pessoa que constitui uma empresa, paga imposto, ajeita as coisas, não pode participar de uma licitação do Estado? Por que têm que ser dificultadas cada vez mais as licitações para que as pequenas empresas não possam participar diretamente, não só em nível de Estado como também de prefeituras?

Precisamos mudar, ter regras para fazer leis nesta Casa que sejam cumpridas, porque fazer lei para não ser cumprida não adianta nada, não adianta fazer e remodelar a 866, como fizemos aqui no Estado e estar sendo descumprida de maneira vil. Aí, não adianta nada. Ninguém hoje tem coragem de participar porque não sabe se vai receber. Infelizmente, continua do mesmo jeito e só quem paga a conta são os

pequenos prefeitos, os pequenos municípios do interior do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador e nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o do PMDB para falar ou indicar o orador.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falarão os deputados Zé Neto e Arthur Oliveira Maia, por 4 e 5 minutos, respectivamente.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de até 4 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, o deputado Gildásio Penedo leu alguns trechos das *Ações em Destaque* do governo Wagner, mas só citou as que lhe interessavam. Deputado Gildásio, apareça!

Pois bem, está no início: (Lê) *“A 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas para a Juventude mobiliou mais de 50 mil jovens entre 15 e 29 anos. Foram promovidas 21 conferências territoriais preparatórias.*

Em setembro de 2008, será lançado o Programa Estadual da Juventude...”

Na parte do esporte, o deputado também só leu o que lhe interessava, esqueceu-se de ler aqui em baixo: *“(...)Infra-estrutura Social*

Uma prioridade deste governo é o Programa Água para Todos, que pretende ampliar o número de famílias com acesso a água e saneamento. Até o primeiro semestre de 2008 foram feitas 182 mil ligações de água em domicílios. Também foram beneficiadas mais de 75 mil pessoas com a construção de sistemas de abastecimento de água. Desde janeiro de 2007, foram construídas mais de 15 mil novas cisternas, beneficiando mais de 39 mil pessoas...” Ele devia ter lido o resto.

E prossegue: *“(...) Até 2010, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), investido na Bahia um total de R\$ 24,7 bilhões dos Governos Federal, Estadual e Municipais em obras de Infra-estrutura Energética, Logística e Social e Urbana...”* O maior investimento público já feito na Bahia nessa área de aceleração do desenvolvimento.

“(...) Desse montante, R\$ 1,98 bilhão serão executados pelo Governo do Estado com destaque para R\$ 1,14 bilhão em saneamento com previsão de atender mais de 3,4 milhões de pessoas...”

Isso o deputado Gildásio Penedo não leu. Ateve-se apenas à leitura de que a obra do Estádio de Pituaçu custará 55 milhões, com previsão de entrega até o final de 2008.

Deputado Gildásio Penedo, apareça! V.Ex^a poderia ter lido tudo, não somente um pedaço. E tem outra coisa, seis municípios vão ter agora 23 equipes... Sabe o que há de novidade na Saúde? É o Internamento Hospitalar Domiciliar para 690 pessoas, em seis municípios; o paciente vai receber em casa uma equipe médica. É, na verdade; um novo hospital geral no Estado, com 690 novos leitos.

Deputado Heraldo Rocha, acorde, corra, venha saber como é que se muda a Bahia, como é que se muda a saúde. Mas sabemos que a Oposição tem que ser

Oposição mesmo. Se tivéssemos feito uma licitação aberta para propostas, tudo arrumadinho, em 8 ou 9 meses, no mínimo, V.Ex^a chegaria aqui e diria: “Ah, o Estádio de Pituaçu vai ficar fechado durante 1 ano porque houve processo licitatório! A obra poderia ter sido feita com dispensa...” Olhe, não confundam dispensa de licitação com a esculhambação que existia no governo passado. É bom colocar os pontos nos is, dispensa de licitação é um procedimento legal, deputado Gildásio Penedo.

Um procedimento muito diferente daquele que havia no governo passado, que deixou um rombo de 620 milhões na Cesta do Povo; de 278 milhões na Bahiatursa; de mais de 200 milhões na Saúde. E não havia licitação, era outra história, era esculhambação mesmo, não existia processo licitatório, era um mangue, era o dinheiro sendo canalizado irregularmente.

Repito, não se deve confundir dispensa de licitação, que é um procedimento legal, com a esculhambação que havia no governo passado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra o deputado Arthur Maia por até 5 minutos.

O Sr. ARTHUR OLIVEIRA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, a Comissão de Orçamento e Finanças, que eu presido, infelizmente não teve quórum e não pudemos avançar numa discussão que considero extremamente importante aqui nesta Casa - e naturalmente isso é um consenso -, que é a questão do orçamento, já chegou à Casa o projeto, algo em torno de R\$ 22 bilhões e 500 milhões, e vigera no ano de 2009.

Penso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que precisamos ter um debate muito aprofundado a respeito dessa lei de meios que está tramitando na Casa, deputado Luiz Augusto, neste momento.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ARTHUR OLIVEIRA MAIA:- Está inscrito, deputado.

Em primeiro lugar, é a minha preocupação com o andamento desse processo. Quero dizer, meu Líder Waldenor, que eu como presidente da comissão não gostaria de termos aqui, no Plenário, a votação do orçamento numa reunião conjunta de comissão. Penso que seria salutar para a Casa que tivéssemos a votação individualizada em cada uma das comissões, porque isso, com toda certeza, contribuiria, deputado Paulo Azi, para o aprofundamento do debate. Mesmo porque estamos vivendo um momento absolutamente atípico, não só no Brasil mas no mundo, que é a crise financeira sem precedentes.

Certamente, esse orçamento não é nenhum demérito da Seplantec, mas foi elaborado, imaginado e previsto a partir de uma realidade econômica que já não existe mais. Portanto, pode ter a necessidade de ser reformulado. O secretário da Fazenda, Dr. Carlos Martins, comparecerá à comissão, na próxima terça-feira, para fazer a sua exposição quadrimestral a respeito da execução orçamentária. E teremos a oportunidade de debater esse assunto, porque realmente a elaboração desse

orçamento neste ano, a partir dessa realidade econômica nova que estamos passando, merece um tratamento mais aprofundado.

Outra questão importante é que estamos, por virtude, certamente, das eleições, mas em relação à Câmara Federal muito atrasados. Eu hoje quando saía de Casa vi o senador Delcídio Amaral dizer que estará apresentando, já na próxima semana, o relatório do orçamento da União. Enquanto que nós aqui ainda não começamos a fazer sequer as emendas e não temos sequer um relator designado.

Com um aparte o deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Deputado Arthur, quero incorporar o meu posicionamento dizendo que, de fato, esse assunto merece ter um tratamento diferenciado. V.Ex^a coloca, com grande propriedade, esse questionamento. Peço que V.Ex^a some a esse pensamento uma preocupação que não é restita à Bancada de Oposição. Pelo que vejo é um sentimento quase que generalizado na Casa sobre o descumprimento do governo baiano em relação às emendas parlamentares apresentadas ao orçamento do ano de 2008.

Quem não se recorda, isso já cobrei inclusive ao Líder, corrijo, ao relator do orçamento, deputado Yulo Oiticica, que no ano passado foi alvo de matérias em jornais da Bahia, dizendo que a Bahia vivia novos tempos, iria se inovar, iria se acolher emendas parlamentares de deputados com a garantia do cumprimento.

Quero dizer já de público, já manifestei isso de forma muito clara na tribuna, que infelizmente agora, até o momento, não passou de um sonho de verão. A grande maioria dos deputados que apresentaram emendas ao orçamento, em 2008, não as tiveram acolhidas.

Portanto acho que antes de se iniciar a discussão do orçamento em 2009, temos que ter a garantia do governo de cumprir aquilo que, de fato, fora prometido a este Poder Legislativo, sob pena de desmoralização plena. Não se trata, neste momento, de atender este ou aquele Parlamento, mas de ter, neste momento, uma condição de garantia do respeito ao Poder Legislativo que acreditou, que confeccionou o orçamento, inclusive votado a unanimidade, salvo engano, fruto dessa confluência de interesse e de desejo de ver a Casa inovando neste momento.

Mas, infelizmente, até o momento, não passou de um sonho de verão, deputado Arthur Maia.

O Sr. ARTHUR OLIVEIRA MAIA:- Deputado Gildásio Penedo, sem entrar no mérito da colocação de V.Ex^a, mas é apenas para deixar claro que a provocação do tema, deputado Luiz de Deus, já suscita um acalorado debate nesta Casa.

Penso, caro Líder, que nós realmente estamos atrasados nesse debate, precisamos, imediatamente, adentrar nessa discussão importantíssima. Nós estamos vivendo um momento que, pelas próprias circunstâncias da Casa, (...) na semana passada foi concedida uma liminar que faz uma recomposição de igualdade nas comissões, o que, necessariamente, torna imperiosa a negociação na Casa. Nós estamos vivendo um momento de crise mundial econômica que nos remete a uma reflexão maior sobre os números que estão apresentados no orçamento, e naturalmente que a própria discussão da lei, em relação à destinação que pode ser

dada a cada uma das rubricas.

Então, essa minha palavra na tarde de hoje, é apenas para suscitar que nos aprofundemos, adentremos de cabeça na discussão do orçamento para 2009.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou dos Democratas para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, pelo tempo de 5 minutos falará o deputado Paulo Azi e eu usarei o tempo final.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra pelo tempo de até 5 minutos o deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, confesso que hoje fiquei surpreso, deputado Gildásio, quando V.Ex^a traz ao conhecimento deste Plenário que o próprio governo do Estado reconhece que a obra de Pituaçu custará algo em torno de R\$ 55 milhões de reais.

Eu, por diversas vezes, subi a esta tribuna para denunciar aquilo que considero o maior escândalo deste governo: a obra de Pituaçu. Aliás, a única obra que o governo Jaques Wagner realizou em Salvador nesses 2 anos. Desafio o governo a me mostrar uma outra obra que tenha sido realizada em Salvador nos últimos 2 anos.

Aqui, por diversas vezes, fiz questionamentos que considero da maior gravidade e que demonstram muito bem a maneira como esse governo, procura se relacionar com a sociedade. Primeiro se coloca como se estivesse acima do bem e do mal. Não respeitam as leis, inclusive as leis aprovadas recentemente por este Parlamento. Realizam, inicialmente, um processo de dispensa de licitação, utilizando-se de um argumento de emergência que se for considerado como verdadeiro, deputado Arthur Maia, não se precisa mais fazer nenhum tipo de licitação em nosso Estado.

Ora, quando se vai construir um hospital pode-se alegar emergência porque os doentes estão precisando dos leitos hospitalares. Quando se vai construir um colégio, pode-se alegar emergência porque os alunos estão fora da escola, aliás, parece ser essa mesma a trajetória escolhida por esse governo. Utilizaram-se desse mesmo argumento para fazer dispensa de licitação para construção de presídios em nosso Estado. Ora, existe carência de vagas: vamos fazer por dispensa de licitação, agora, a construção de presídios. Virou a prática desse governo. Não se precisa mais fazer qualquer licitação pública em nosso Estado porque, verdadeiramente, tudo é emergência!

A questão de Pituaçu, se formos analisar a fundo esse processo, depois de realizada diversas dispensas de licitação por emergência, o governo então passa a fazer um fracionamento de licitação, o que é vedado expressamente pela nossa Constituição, e pela Lei nº 8.066, que trata desse assunto. O governo fez diversas tomadas de preços, fracionando as licitações, e aí cai em mais uma flagrante ilegalidade.

Se não bastassem, senhoras e senhores deputados, as dispensas de licitações, se não bastassem a fragmentação dos diversos serviços que são realizados nessa obra, o governo, agora, mais uma vez se colocando acima do bem e do mal, faz um flagrante desrespeito às leis ambientais do nosso Estado.

Todos nós fomos pegos de surpresa quando tomamos conhecimento de que as obras do Complexo de Pituaçu estavam sendo realizadas sem que o governo observasse o componente ambiental, sem que o governo tratasse desse assunto de extrema relevância, de extrema importância, que são as questões ambientais, já que esse Complexo de Pituaçu está encravado em uma área de proteção ambiental da nossa capital. Eram 22 milhões, depois se anunciou que a obra custaria 38 milhões, deputado Waldenor Pereira, e agora o próprio governo traz no seu balanço de ações a informação de que essa obra custará aos cofres públicos 55 milhões de reais.

Nós, Srs. Deputados, já estamos em conversação com o nosso Líder para que, mais uma vez, o Ministério Público seja provocado, para que, mais uma vez, o Poder Judiciário, o Tribunal de Contas do nosso Estado sejam provocados, porque não é possível, não se pode considerar algo como razoável, uma obra que foi projetada para ser construída, e que teve recursos estimados da ordem de 20, 22 milhões, não é possível que 8 meses depois nós tenhamos conhecimento de que essa obra consumirá algo em torno de 55 milhões de reais.

E o que é pior, a tal emergência alegada, a tal emergência suscitada como razão para que esta obra fosse realizada por dispensa de licitação, desapareceu, não existe mais. Afinal de contas, as informações que temos, deputado Luiz de Deus, é que essa obra só será concluída lá para janeiro do próximo ano.

Portanto, a emergência que tanto alegaram, a necessidade de Salvador ter um estádio para poder fornecer e ser utilizado pelo Esporte Clube Bahia, essa emergência desapareceu. O Esporte Clube Bahia foi obrigado a realizar todos os seus jogos em Feira de Santana...

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a me permite um aparte, deputado?

O Sr. PAULO AZI:- V.Ex^a está inscrito, deputado...pela ausência do estádio de Pituaçu e a incoerência do governo, que poderia muito bem ter liberado a arquibancada inferior e a utilização da Fonte Nova para o clube realizar seus jogos. Mas infelizmente o Esporte Clube Bahia foi obrigado a jogar em Feira de Santana, vai concluir o campeonato lá e a emergência tão suscitada, efetivamente, não existiu nem existe.

Ouçõ com atenção o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Paulo Azi, V.Ex^a está muito pertinente no seu discurso em relação à questão de Pituaçu. O Esporte Clube Bahia, hoje, é o grande prejudicado pela inoperância e incompetência do governo Jaques Wagner. Porém também tem, deputado, um lado que ajudou o time. Se o senhor se lembrar, no campeonato passado, em todos os jogos a que o governador foi, o Bahia perdeu. Então, de repente, ter ido para Pituaçu, para Feira de Santana ajudou-o a subir na tabela. De alguma forma, deputado Azi, há esse lado positivo, porque a toda partida que o governador Jaques Wagner foi assistir, a equipe perdeu. Não houve um jogo ao

qual S.Ex^a fosse que o Bahia tenha ganho. Logo, por tal lado, a incompetência do governo atual ajudou o clube de algum jeito.

Eram essas as minhas palavras.

O Sr. PAULO AZI:- Para concluir, Sr. Presidente.

Quero agradecer ao deputado Sandro Régis dizendo que realmente o governador Wagner se coloca como um autêntico pé-frio. V.Ex^a disse que ele é pé-frio porque, quando foi assistir aos jogos do Bahia, o time perdeu. E foi pé-frio também nas eleições, deputado Sandro, porque aonde o governador Wagner foi, o candidato a prefeito apoiado por ele perdeu.

Era o que tinha a dizer.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra o Líder da Maioria ou a Liderança do Partido dos Trabalhadores, o PT, para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará por 5 minutos o deputado Carlos Ubaldino. E em seguida, por 4 minutos, eu falarei.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra o nobre deputado Carlos Ubaldino, por até 5 minutos.

O Sr. CARLOS UBALDINO:- Sr. Presidente, companheiros deputados, amigos das Galerias Paulo Jackson, creio que propiciou Deus neste dia, na história do Parlamento baiano, nas eleições de 2008, termos a primazia e o direito de ouvir um companheiro dizer que o governador Wagner é pé-frio quando assiste a uma partida de futebol do Bahia.

Nobre deputado Sandro Régis, quero dizer-lhe que o governador pode ser até pé-frio assistindo ao time, mas para concorrer às eleições no Estado da Bahia ele é pé-quente, porque V.Ex^a vai comungar comigo que o PT saiu de 20 para 69 prefeituras. Isso é um crescimento que revela a vontade do povo baiano optando por um governo sério, que faz acontecer as coisas sem muito alarde.

E eu estarecido, nobre presidente, com o “crescimento” do PFL, que saiu de 153 municípios regredindo para 43. Vamos ter cuidado,. porque sei o que significa teofania. Creio que o companheiro Isaac também sabe o que significa teofania. Na teofania a pessoa se apresenta como quer. Tem o poder de anjo. Estou vendo que a qualquer momento o PFL vai se apresentar como um simples vapor e não existir mais.

O Sr. Sandro Régis:- O partido é o Democratas, deputado. O PFL não existe!

O Sr. CARLOS UBALDINO:- Senhores, com o um mundo mergulhado em crise, quero parabenizar o nobre governador pelo seu desempenho. A Bahia recebe como dádiva o crescimento de mais de 6% em empregos com carteira assinada. Mais de 50 mil empregos com carteira assinada. São dados reais.

Senhores, ainda anteontem, tive o prazer de participar do Programa Terra de Valor, meu nobre companheiro Líder Waldenor. Receberão os devidos benefícios 51 municípios do Semi-Árido. Volto a falar como um conhecedor da palavra: *Aquele que*

estende as mãos para os pequenos Aquele que domina todas as coisas procura exaltar.” Tenha por certo, Wagner, que V.Ex^a, meu nobre governador, está sendo pesado na balança de precisão, e o Deus de toda a graça e de toda a justiça fará justiça ao trabalho de V.Ex^a.

Srs. Deputados, ouvi falar que o governador não realizou uma obra neste Estado. A nossa Paralela, Waldenor, está recebendo o presente devido. Já repercute em toda a Bahia e em toda Salvador o anel viário do Aeroporto, que será um presente para todos nós e para a região de Cajazeiras. Observa-se ainda que o governador ontem, na presença do meu amigo Solla e demais companheiros deputados e secretários, lançou o Programa Saúde na Família, saúde em casa. Terão assistência em seus lares 690 famílias. Este é um governo voltado para os mais carentes, para os mais pobres. Temos certeza de que o povo da Bahia está fazendo justiça.

Quero voltar o meu olhar para o meu grande município Itapicuru, onde tive uma vitória esmagadora de 4.100 votos, o meu grande município de Valente, onde o meu companheiro Ubaldino teve uma vitória expressiva. Assim em tantos outros, para concluir, meu nobre presidente. Observa-se que o PT junto com o PSC fizeram mais de sessenta prefeituras. Isso é um crescimento que revela a expressão, a vontade e o carinho do povo do Estado da Bahia para com um governador que faz as coisas acontecerem dentro da legalidade, dentro da seriedade.

Parabéns, governador, parabéns, Srs. Deputados. Tenho certeza de que V.Ex^{as} não sofrem de miopia. V.Ex^{as} sabem ver o bom e o ruim. Tenho certeza de que V.Ex^{as} vão começar a enxergar o brilho, o reflexo do trabalho do meu governador que está fazendo a Bahia mudar, mudar de fisionomia, sair daquele caos que se instalou aqui. As nossas rodovias viviam mergulhadas no desprezo, no abandono, mas, hoje, já se vê, publicado no Diário Oficial, o trabalho que o governador pretende realizar no Estado da Bahia e o está realizando. Parabéns! Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra o deputado Waldenor Pereira, pelo tempo de até 4 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, na condição de Líder do governo, provocado que fui pelo nobre deputado Arthur Maia, quero informar que no dia 30 de setembro o governo da Bahia, através da Secretaria do Planejamento, do Sr. Secretário Ronald Lobato, encaminhou a esta Casa Legislativa a proposta orçamentária para o ano de 2009.

Trata-se de uma proposta, deputado Arthur Maia, de R\$ 22 bilhões e 750 milhões, com um crescimento de 17,2% em relação ao ano de 2008.

O Orçamento destina à área social 55,4%.

As receitas do Tesouro estadual somam R\$ 17,9 bilhões.

Serão destinados à Educação R\$ 3,6 bilhões, correspondendo a 27,6% da receita líquida com impostos, ultrapassando, inclusive, o percentual constitucional, que é de 25%.

Será destinado à Saúde R\$ 1,8 bilhão, o que representa 12,5% da receita

líquida com impostos, também ultrapassando o percentual constitucional de 12%.

E ainda será destinado para a Segurança Pública R\$ 1,9 bilhão, de um Orçamento total de R\$ 22 bilhões.

Essa peça orçamentária, essa proposta, chegou a esta Casa Legislativa no dia 30 de setembro. Naturalmente que, por força do período eleitoral, não tivemos a oportunidade de debater essa temática com o cuidado, a precisão, a minúcia, o detalhamento que ela vai requerer de todos.

Sem dúvida alguma, logo mais estaremos tratando da proposta orçamentária para 2009, deputado Reinaldo Braga, que me ouve com atenção, porque ela é uma das mais significativas encaminhadas a esta Casa Legislativa pelos governos nos últimos anos. Somando quase R\$ 23 bilhões, representa um acréscimo em relação ao ano anterior de 17,2 %, o que é, na verdade, o prenúncio de investimentos e recursos suficientes para o governador Jaques Wagner, o nosso governador, realizar uma administração profícua no ano que se avizinha, criando os serviços básicos para a nossa população na saúde, educação, segurança pública e assistência social.

E a nossa expectativa é que no próximo mês de novembro possamos nos debruçar sobre essa proposição e promover a sua aprovação, para que as políticas públicas, os programas, os projetos do nosso governo, do governo Jaques Wagner, possam, de fato, promover a melhoria da qualidade de vida do nosso povo, da nossa população, promovendo o desenvolvimento e o progresso do nosso Estado.

Sr. Presidente, ao concluir minhas palavras, solicito a V.Ex^a a verificação do quórum para a continuidade da presente sessão, tendo em vista que há a Ordem do Dia, e nós precisamos suspender esta sessão com a solicitação de verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Solicito ao Sr. 1º Secretário que faça a verificação do quórum, atendendo à solicitação do nobre deputado.

(O Sr. 1º Secretário *ad hoc*, deputado Luiz de Deus, procede à verificação do quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- A Secretaria da Mesa informa a presença de 10 Srs. Deputados. Então, conferimos que não há quórum para a continuidade desta sessão, por esta razão, a damos por encerrada.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias e leia-as na íntegra.